

# CONFORMAÇÃO SOCIAL NA FRONTEIRA DOS CAMPOS DO AVANHANDAVA: SOCIABILIDADE E FORMAS DE CONVÍVIO NO MEIO URBANO DE PENÁPOLIS-SP, 1910 – 1930

## SOCIAL CONFORMATION ON THE BORDER OF THE AVANHANDAVA FIELDS: SOCIABILITY AND FORMS OF COEXISTENCE IN THE URBAN ENVIRONMENT OF PENÁPOLIS-SP, 1910 - 1930

Cleivaldo Aparecido Donzelli <sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo objetivou compreender as formas de convívio e sociabilidade do meio urbano do município de Penápolis-SP no bojo da conformação social da fronteira dos campos do Avanhandava, localizado no Oeste paulista, nos anos de 1910 e 1930. A metodologia utilizada foi através de pesquisa bibliográfica, ou seja, na utilização de fontes (documentos escritos originais primários) e de consulta bibliográfica utilizando-se de uma literatura sobre o espaço pesquisado e de obras de autores que possibilitaram suportes teóricos. Como conclusão, verificou-se a tradução das pessoas do momento no qual estavam imersas no interior do estado de São Paulo: choque, êxtase e desvario. Enfim, o que foi possível perceber, contudo, é que neste microcosmo de vivências humanas, as pessoas, cujas nacionalidades eram díspares, envidavam mais ações na perspectiva de se identificarem como classe social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociabilidade; Espaço urbano penapolense; Formas de convívio.

**ABSTRACT:** The article aimed to understand the forms of coexistence and sociability in the urban environment of the municipality of Penápolis-SP in the midst of the social conformation of the frontier of the Avanhandava fields, located in the West of São Paulo, in the years 1910 and 1930. The methodology used was through bibliographic research, that is, the use of sources (original primary written documents) and bibliographic consultation using literature on the researched space and works of authors who provided theoretical support. As a conclusion, we verified the translation of people's experiences of the moment in which they were immersed in the interior of the state of São Paulo: shock, ecstasy and madness. Ultimately, what was possible to perceive, however, is that in this microcosm of human experiences, people, whose nationalities were disparate, took more actions with the perspective of identifying themselves as a social class.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho de Marília/ SP. Fundação Educacional de Penápolis. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0100-4164> E-mail: [cleivaldo@funepe.edu.br](mailto:cleivaldo@funepe.edu.br)

**KEYWORDS:** Sociability; Urban space in Penapolense; Forms of coexistence.



10.23925/2176-4174.v3.2024e68919

Recebido em: 30/10/2024.

Aprovado em: 25/11/2024.

Publicado em: 25/11/2024.

## Introdução

O presente artigo versa sobre as formas de convívio e sociabilidade no município de Penápolis, localizado na região Oeste do estado de São Paulo. Uma cidade que se originou graças a um povoamento das terras que compõem o denominado campos do Salto do Avanhandava, localizado no rio Tietê, antes mesmo da instalação da linha férrea da Noroeste do Brasil – NOB, em 1908, espaço da constituição de futuras cidades, tais como Penápolis, Barbosa, Avanhandava e Glicério. Nesse espaço houve a instalação da Colônia Militar do Salto do Avanhandava no século XIX, por isso ajuda a entender os fatores de atração de pessoas nessas terras, pois, logo depois ocorreram incursões de imigrantes, principalmente oriundos da Europa e Ásia, e migrantes mineiros com suas consequentes transformações do espaço que redundaram em conflitos e extermínios dos Kaingang e Oti-Xavante e na consolidação da formação de patrimônio, bairros rurais, vila e cidade.

Um lugar, portanto, de abrigo, fornecimento de roupas, alimentos e mão-de-obra que denotou uma incipiente fixação humana. Aqui se constata a denominada fronteira demográfica, apresentada pelos antropólogos quando também designaram a frente de expansão, pois a linha de povoamento avança antes da linha da ocupação econômica.

Como caracterização do espaço apresentado, é importante mencionar que o termo Oeste paulista apresenta delimitações nas variadas temporalidades e de descrição não apenas geográfica, mas também histórica. Nesse artigo, a opção pela utilização do termo Oeste ocorreu por meio da interpretação dos estudos sobre economia cafeeira e evolução ferroviária em São Paulo. Por isso, para fins de

localização do objeto de estudo, utilizou-se o denominado Oeste paulista “Novo” por seguir as coordenadas geográficas que representam a atual regionalização do Oeste Paulista (as regiões administrativas do Estado de São Paulo: 8º São José do Rio Preto, 9º Araçatuba (onde se insere o município de Penápolis), 10º Presidente Prudente e a 11º Marília).

O recorte temporal proposto, no artigo, deve-se ao período de formação e consolidação do município de Penápolis inserido na dinâmica e na evolução da interiorização do desenvolvimento urbano e econômico no estado de São Paulo. Um momento de comercialização de terras a partir da cidade rumo à interiorização da região Oeste do estado de São Paulo. Foram décadas de diversificação na economia urbano- industrial, bem como nas atividades agrícolas. Isso se deveu à expansão da economia cafeeira que influenciou sobremaneira na acumulação industrial colocando o estado paulista na primazia por sua transformação qualitativa da estrutura produtiva.

Vale salientar, contudo, que as atividades econômicas baseadas no meio rural ainda eram preponderantes denotando ainda relações sociais e de trabalho longe de serem aquelas caracterizadas na tese da denominada frente pioneira, que se arvora em apresentar um modelo de sociedade já pautada nas relações modernas de um capitalismo próprio brasileiro substituindo o arcaísmo dos tempos coloniais e imperiais.

Enfim, o estudo que ora é apresentado partiu da seguinte questão problema: Quais foram os espaços de sociabilidade reverberadores da distinção social e da diversidade de nacionalidades no município de Penápolis entre os anos de 1910 e 1930 e seus papéis no processo de sintonização do município com os elementos da modernidade, tais como estação de trem para embarques e desembarques de passageiros e produtos em geral, energia elétrica, jornais e cinemas?

Portanto, o objetivo desse artigo é apresentar o desdobramento desse processo de formação populacional no município por meio das evidentes presenças de mecanismos que denotavam uma modernidade, consubstanciados em espaços de sociabilidade. Por isso, faz-se mister refletir sobre as formas de convívio e seus espaços onde elas se concretizam, viabilizando a criação de redes de relações nos diversos âmbitos que envolvem o cotidiano das pessoas no município em estudo no recorte entre os anos de 1910 e 1930, principalmente, por ser um específico período

de conformação social no processo de transição onde coabitavam tempos históricos díspares dentro da fronteira.

A metodologia utilizada para atingir os objetivos acima elencados e responder a questão problema se deu através de pesquisa bibliográfica, ou seja, na utilização de fontes (documentos escritos originais primários) e de consulta bibliográfica utilizando-se de uma literatura corrente sobre o espaço pesquisado e de obras de autores que possibilitaram suportes teóricos para a inteligibilidade da temática.

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, a opção foi se utilizar da hemeroteca do agora denominado “Museu Histórico e Pedagógico Glauca Maria de Castilho Muçouçah” de Penápolis, onde encontram-se várias edições do jornal “O Pennapolense” do período da sua existência. Algumas edições trouxeram matérias referentes à vida urbana já calcada em hábitos dos médios e grandes centros urbanos mais antigos informando sobre a existências de clubes sociais, escolas, imprensa escrita, cinemas, praças, estação ferroviária, teatro e biblioteca, divulgando festas, footing, bailes, atividades culturais e esportivas, carnavais de clubes e de rua, ações de filantropia, deixando também subentender o processo de distinção étnico, social e cultural quando se percebe que os participantes desses espaços incluem e excluem pessoas. As matérias contribuíram para a compreensão da importância das localidades em estudo na imprensa escrita da época, bem como para verificar quais eram os componentes constitutivos das dimensões da sociabilidade.

### **1. Referencial teórico sobre sociabilidade, civilidade e redes: Fundamentos para o entendimento das formas de convívio e espaços de sociabilidade em Penápolis-SP, 1910 -1930**

O início das formas de convívio e lazer dentro da área de expansão de fronteira num espaço onde institucionalmente se reconhece como município, precisa ser interpretado conforme o entendimento de uma perspectiva dinâmica e pluridimensional. Faz-se mister, contudo, a inteligibilidade das vivências híbridas permeadas pelas atividades econômicas diversas, tais como no campo com criação de animais e agricultura baseada em meiação, parcerias e colonato e na área que margeia a linha férrea do município de Penápolis com sua estação de embarque e desembarque onde se concentram as atividades comerciais e de apoio à produção voltada ao campo, como, por exemplo as indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas, onde circulam as pessoas.

Entre os anos de 1910 e 1930, começa, na área contígua à linha férrea, a tentativa de implementação de espaços de lazer, entretenimento e de cultura por parte de algumas pessoas ávidas pela implementação da modernidade, o que denota uma vivência sintonizada com as novidades em andamento nos grandes centros urbanos, como, por exemplo, a capital paulista, São Paulo. Por isso, nesse lugar de fronteira, onde permanecem elementos da tradição, as pessoas interpretam, significam e ressignificam de forma singular o processo de implementação de vasos comunicantes com a denominada civilização.

Muito embora a maioria da população do município de Penápolis naquele período, estivesse no meio rural, era no espaço em processo de urbanização que ocorriam as tomadas de decisões políticas, dos negócios, da entrada e saída de mercadorias, da produção e de circulação de notícias. Era alí que se localizavam os vasos comunicantes com o externo: estado, país e exterior. Por isso, a despeito do entendimento de que as pessoas circulavam em espaços de vivências rurais e urbanas, o artigo focará mais diretamente o incipiente meio urbano e seu ambiente social.

Para isso, contudo, é importante apresentar a variedade de concepções do verbete sociabilidade a partir das reflexões e de estudos da comunidade sociológica. Por exemplo, para Gurvitch (1950), a sociabilidade designa o princípio das relações entre pessoas e a capacidade de estabelecer laços sociais, ou seja, abrange a formação de grupos. Já para Agulhon (1977), a sociabilidade indica, seja a capacidade associativa em geral, sejam as associações particulares que são os salões, os círculos, os clubes, os cafés, onde os homens encontram um meio de serem sociáveis. Por fim, mas não menos importante, a definição de Baechler (1995) de sociabilidade: a capacidade humana de estabelecer redes, por meio das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões, opiniões: vizinhos, públicos, salões, círculos, cortes reais, mercados, classes sociais, civilizações.

Para fins de compreensão do que estava se iniciando e se desenvolvendo no espaço e no recorte em estudo, foi utilizado o termo rede para demonstrar como as pessoas interagiam permeadas por valores e costumes escolhidos como válidos no processo de distinção e de construção de identidade.

Redes são laços, mais ou menos sólidos e exclusivos, que cada ator social estabelece com outros atores, os quais estão também em relação com outros atores, e assim por diante. A priori, podemos pressentir que a amplitude, a exclusividade e a densidade da trama das redes variará inteiramente conforme se tenha em consideração as redes de parentesco, de vizinhança, de classe. (BAECHLER, 1995, p. 65)

Isso nos remete a pensar também que, neste espaço e tempo, já se iniciava um ritual social, cujas normas obrigatórias deveriam aplicar-se a todos os indivíduos objetivando a civilidade, entendida aqui conforme Revel ao demonstrar o antagonismo entre civilidade e intimidade:

De fato, a primeira deve submeter as emoções, refrear os afetos, dissimular os movimentos da alma e do coração. A racionalidade que a domina proporcionaliza cada conduta à relação em que se inscreve e ajusta cada comportamento ao efeito que deveria produzir. Assim, a civilidade é acima de tudo uma arte, sempre controlada, da representação de si mesmo para os outros, um modo estritamente regulamentado de mostrar a identidade que se deseja ser reconhecida. (REVEL, 1991, P. 166)

Ao descrever nesse artigo os diversos espaços de convivência social, é bom salientar que, em sua maioria, são caracterizados como representações do poder e da riqueza de certas pessoas do município. Além disso, espaços propícios para o desfile e exibições dos padrões gestuais de comportamento e de educação, possibilitando fazer distinções entre os frequentadores. O objetivo era de preservação de status e de consciência do lugar social ocupado na sociedade. Ou seja, o gestual, o comportamento e a roupa desvelam, nesta percepção o caráter das pessoas, tema que foi desenvolvido e debatido também por Revel, ao afirmar que “[...] Os gestos são signos e podem organizar-se numa linguagem; expõem-se à interpretação e permitem um reconhecimento moral, psicológico e social das pessoas [...]”. (REVEL, 1991, p. 172)

No recorte privilegiado para discorrer a respeito da análise da temática do artigo, ou seja, as primeiras décadas do século XX, segundo Elias (1994), o processo civilizador já havia atingido um estágio avançado na Europa, no qual a vergonha, o medo, o recato, o controle das funções corporais, já estavam tão incutidos nos homens que pareciam naturais. Portanto, para esse autor, no século XIX, o conceito de civilização já estava consolidado, necessitando, contudo, de que seus tentáculos atingissem outras nações ocidentais.

O conceito de civilização indica com clareza, em seu uso no século XIX, que o processo de civilização – ou, em termos mais rigorosos, uma fase desse processo – fora completado e esquecido. As pessoas querem apenas que esse processo se realize em outras nações, e também, durante um período, nas classes mais baixas de sua própria sociedade. Para as classes alta e média da sociedade civilizada, parece firmemente enraizada. Querem, acima de tudo, difundi-la e, no máximo, ampliá-la dentro do padrão já conhecido. (ELIAS, 1994, p. 113)

No que diz respeito à sociedade brasileira nesse mesmo período, era possível constatar essa característica social, pois aqui as elites tanto nas capitais como no interior, buscavam por uma maior polidez nos gestos e nas palavras, o refinamento e a elegância dos vestiários, a busca de um saber mais intelectualizado, intencionando marcar as diferenças entre elas e o restante da sociedade. O historiador Nicolau Sevcenko, ao estudar a capital brasileira, Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o século XX, constatou as primeiras manifestações no Brasil que evidenciavam a presença do estágio em que se encontrava o processo civilizador europeu:

O desenvolvimento dos novos meios de comunicação, telegrafia sem fio, telefone, os meios de transporte movidos a derivados de petróleo, a aviação, a imprensa ilustrada, a indústria fonográfica, o rádio e o cinema intensificarão esse papel de capital da República, tornando-a no eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco de sua visibilidade e atuação em território brasileiro. O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima. [...] (SEVECENKO, 1998, P 522)

Esse artigo demonstra, portanto, as evidências de que esse processo também estava em andamento no interior do estado de São Paulo, no município em estudo e no recorte escolhido. As formas de lazer perpassavam os clubes, os salões dos cinemas, os campos de futebol, os circos, as praças e os teatros.

Enfim, a ideia de apresentar os fundamentos teóricos nessa seção, objetiva dar inteligibilidade as várias formas de convívio dos penapolenses, entendidas como práticas sociais, políticas e culturais, que inseridas no cotidiano das pessoas, representam a busca de suas inserções na comunidade, bem como o fortalecimento e a preservação das relações em todos os atores da vida pessoal, profissional e política.

## 2. Literatura local: textos de memorialistas e teses sobre o município

É importante mencionar que parte da literatura sobre essa região e município é caracterizada por textos memorialistas produzidos com teores apologéticos em relação aos personagens significados como pioneiros. A literatura local também é constituída por três dissertações de mestrado na área das ciências humanas, sendo que uma delas é de minha autoria. Intitulada *Bairros Rurais de Penápolis-SP no contexto do processo migratório – 1940 – 1970*, tratou a respeito do povoamento do espaço rural do município, sobre o qual ensejou uma reflexão relativamente às negociações das identidades na constituição dos bairros rurais. Portanto, sobre a alteridade na rotina dos espaços de moradia rural permeada por instituições religiosas e republicanas, além de apresentar as manifestações diversas nos saberes e fazeres dos indivíduos. As nacionalidades eram de proveniência italiana, espanhola, portuguesa e brasileira do estado de Minas Gerais e dos estados do Nordeste. Tal dissertação narrou acerca dos locais de saídas e as origens das pessoas descendentes de primeira e segunda geração de estrangeiros e brasileiros no processo migratório, especificamente, na formação dos bairros rurais inseridos no contexto macro da história econômica e social do Brasil no recorte temporal de 1940 e 1970, pois os mesmos comportavam a metade da população do município.

Vale ressaltar que a temática ora proposta não fora trabalhada por outros estudos referentes a Penápolis-SP, mesmo porque a dissertação de mestrado de Carlos Eduardo Marotta Peters, intitulada *Asilo Espírita “Discípulo de Jesus” de Penápolis: a loucura no cotidiano de uma instituição disciplinar (1935 – 1945)* tratou dos problemas gerados pelo processo de povoamento da região noroeste do estado de São Paulo e das formas de reação da sociedade penapolense, onde foram enfatizados os discursos e ações no contexto da luta contra a mendicância e a loucura no espaço urbano de Penápolis. Segundo o autor, neste período (1935 – 1945), ocorreu um aumento populacional extremado acarretando uma série de problemas, tais como a pobreza, a mendicância, a prostituição, a criminalidade e também a loucura, tornada efeitos colaterais do crescimento econômico e urbano. A dissertação demonstrou que a grande crise de 1929, que de diversas maneiras vitimou produtores



de café da região, impeliu alguns trabalhadores rurais para os centros urbanos na busca de emprego. Isso fez com que, segundo a linha de raciocínio do autor, a questão da assistência aos desvalidos passasse a preocupar as autoridades locais e, portanto, no contexto, diversos mecanismos foram criados para a contenção dos chamados comportamentos desviantes. A instituição pesquisada, denominada Asilo Espírita “Discípulos de Jesus”, iniciou o trabalho de recolhimento e de tratamento dos chamados loucos, o que foi objeto de análise e problematização desta dissertação.

A dissertação de mestrado de Rodolfo Frank Gonçalves intitulada *Filhos de São Francisco e Índios: a ação missionária dos capuchinhos trentinos na noroeste paulista (1890 – 1920)* tratou das práticas e experiências de catequese da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos em sua expansão e missão na região Noroeste do Estado de São Paulo no período de 1890 – 1920. Segundo o autor, a escolha do tema tem como justificativa o fato de que, estando entre outras ordens religiosas, os capuchinhos contribuíram para elaborar imagens e representações em relação ao sertão, ao indígena, no sentido de civilizá-lo através de novas formas comportamentais e por códigos disciplinares. No que diz respeito à cidade de Penápolis, o autor discorre informando que os missionários capuchinhos atuaram no município e cita uma de suas incursões missionárias quando saíram do município, em 1912, rumo a Jupia (SP) com o desejo de catequizar índios.

Essas pesquisas, em última instância, auxiliaram nas respostas do problema central do tema proposto neste artigo. Assim sendo, pelo fato de grande parte da literatura produzida sobre o município, conforme já mencionado, ser composta por obras de pessoas que se enquadram no parâmetro memorialista, cujos sobrenomes são de famílias residentes na região desde antes da oficialização da constituição do município de Penápolis em 1913, ficaram de fora as questões que envolvem o objeto de estudo que ora são trazidas para este estudo.

### **3. Formas de convívio e lazer nos espaços urbanos do município de Penápolis-SP, 1910 – 1930.**

Os espaços que ora serão tratados nessa seção, presentes na localidade urbana do município de Penápolis entre os anos de 1910 e 1930, dão a dimensão da importância de seus estudos. Eram lugares veiculadores de arte e entretenimento, novidades que traziam em si a êxtase de ter a experiência e a sensação de compor o

seleto grupo usufruidor da civilização ocidental. Realçando que, mesmo a despeito de um número ínfimo de pessoas usufruidoras, não deixa de ser relevante que no interior do estado de São Paulo e do Brasil irrompessem tais sentimentos de pertença e de fruição humana.

O jornal denominado “O Pennapolense”, em sua segunda edição publicada no dia 31/07/1915, trouxe uma matéria alusiva a um grupo de dramaturgia existente no Collegio S. Francisco sob a responsabilidade da Congregação dos Frades Franciscanos. Os jovens inauguraram um clube para a prática teatral denominado “Club Dramatico de São Francisco”.

Este sympathico Club, composto de inteligentes alunos do acreditado Collegio S. Francisco desta cidade, mantido pelos virtuosos Irmãos de S. Francisco, realizou no dia 25 do expirante, num dos salões daquelle collegio, um attrahente festival, que obedeceu ao seguinte programa:  
I PARTE: I. Symphonia pela Orchestra / II. Funeraes e Danças: Comedia em 1 acto / III. Symphonia pela Orchestra / IV. “Meu Primo” Monologo por Colombo Meirelles  
II PARTE: I. Symphonia pela Orchestra / II. O Barãozinho de Castel-canhão – Comédia Burlesca em 1 acto

O entusiasmo do redator responsável pela matéria é representado pela expressão “desempenho cabal” dando conta de que o “evento agradou imensamente aos numerosos espectadores”. Demonstrando efusiva retribuição e reconhecimento, os espectadores “regatearam seus merecidos aplausos”. Acrescenta ainda, que tal evento foi protagonizado por uma plêiade de estudiosos jovens, que “deram provas de sua inteligência precoce e tendência para o palco”. Vale ressaltar, contudo, que os pais dos “jovens estudiosos” pagavam mensalidades para frequentarem o referido colégio.

Alguns meses depois, mais especificamente no dia 09/01/1916, o mesmo jornal anunciava mais um espetáculo teatral. Desta vez, sob a responsabilidade da família Amaral foi apresentado um espetáculo de variedades. Segundo o responsável pela matéria, a casa esteve repleta de espectadores, tendo agradado muito o “espirituoso palhaço”, que fez rir “ao mais sisudo dos espectadores”.

No dia 12/03/1916, o número 23 do jornal “O Pennapolense” estampava em sua primeira página a manchete “O Theatro em Pennapolis”. Os regozijos são pelo fato de ter sido inaugurado naquele ano um grupo de teatro denominado “Grupo Dramatico Beneficente Filhos do Trabalho”. O redator se arvora em informar que o

referido grupo é composto de elementos da boa sociedade penapolense e estava ensaiando o espetáculo “Arthur, o Jogador”. Porém, manifestou descontentamento em relação a pouca adesão dos comerciantes no patrocínio do espetáculo.

Os seus directores, que não poupam trabalho e sacrifícios de toda a espécie, inclusive o de lutar com o indiferentismo dos que nada podem compreender, nem ver, porque certa poeira lhes entenebrece as vistas, não conseguiram reclames das nossas casas comerciais para serem inscriptos no panno de boca, trabalho que, consta-nos, vae ser executado em S. Paulo. Não perde o publico de Pennapolis com isso, porque, sendo, como é, o teatro a representação viva do romance da vida nas diversas epochas e segundo os seus próprios costumes, é, a par de uma inegalavel distracção, um lugar, onde actores e espectadores simultaneamente se instruem.

Aqui é possível constatar que o redator, ao se referir às dificuldades de patrocínio, menciona que, mesmo as pessoas moradoras da localidade próxima ao local do espetáculo, possuidoras de condições financeiras, não foram capazes de se dignarem ao apoio, pois “nada podem compreender, nem ver, porque certa poeira lhes entenebrece as vistas”. A poeira entenebredora são os valores, os costumes e os hábitos de uma população ainda imersa num cotidiano, cujas relações sociais se pautavam na vivência de um lugarejo rústico e patrimonialista. Estava, portanto, atônita com essas novidades típicas de cidade grande e de gente escolarizada. Contudo, a despeito da existência desses eventos, eram ainda acontecimentos quixotescos num local árido e permeado por pessoas com capital material, mas com escassez de capital cultural.

O referido espetáculo aconteceria no espaço do Cinema Popular, mas, em função de um problema no dínamo gerador de energia, o público, que já se encontrava no espaço, não conseguiu assistir a ele. No dia 09/04/1916, “O Pennapolense” lamentou o ocorrido e discorreu sobre o comportamento do público e, segundo seu redator e membros do grupo teatral, foi de tamanha nobreza e de tão “alevantadas qualidades pela maneira cavalheiresca com que, não assistindo ao espetáculo, abandonou o cinema”.

Um acontecimento emblemático evidenciou a dificuldade de se empreender o cinema e o teatro na cidade, pois, no dia 23/04/1916, foi estampada a seguinte manchete no Pennapolense:

Desabamento

Terça-feira última, às 3 horas da tarde, desabou o teto que cobria a parte posterior do palco ultimamente construído no barracão do Cinema desta cidade. Felizmente, não resultaram desse desabamento, desgraças pessoas. [...] Não vem fora do propósito lembrar a quem de direito que é indispensável exigir que as casas de diversões públicas tenham duas ou mais portas para dar saída num caso deste aos espectadores [...].

É importante registrar aqui que esse grupo perdurou por muitos anos ocupando o palco do Cinema Popular. Como resultado, uma importante e famosa companhia paulistana de teatro da época, denominada, Carrara, apresentou-se durante alguns dias do mês de agosto de 1916, o que demonstra que, aos poucos, ia se consolidando essa prática cultural e social na cidade no recorte de tempo optado pela pesquisa. A evidência disso foi que essa companhia voltou ao município de Penápolis para se apresentar no palco do Cinema Popular no mês de dezembro de 1923, fato noticiado da seguinte forma pelo redator do “O Pennapolense”:

[...] vamos fazer hoje uma ligeira apreciação sobre a Companhia Carrara ora trabalhando no Popular desta cidade. O seu elenco é ótimo. Luiz Carrara é um artista perfeito, que agrada imensamente em todos os papéis. Segue-se-lhe Emilio Russo, um bom artista que imprime muita naturalidade aos personagens que lhe são confiados. Vem depois Antonio Guimarães, um artista culto, de muito valor, seguindo-se Barbosa Junior e J. Fernandes, dois artistas também que agradam pelo seu trabalho fino e natural. O elemento feminino compõem-se de Electra Carrara, a artista admirável que diz bem e que imprime aos seus papéis uma graça encantadora. Segue-se-lhe Georgina Guimarães, artista que vai admiravelmente bem em todos os seus papéis, seguindo-se-lhe Margarida Barbosa, artista que também possui os seus méritos, vindo por último Yzaura Craveiro, que agrada bem no desempenho dos papéis que lhe são entregues. Assistimos já a “Rosas de Nossa Senhora”, “Scenas da Roça”, “Está na hora”, “Rapto de Fernanda”, “Uma anedocta” e “Infanticida”, que agradaram extraordinariamente ao público penapolense. As casas tem sido aumentadas à medida dos espectáculos, notando-se nelles a presença do que de melhor existe no nosso meio. Para hoje está anunciado “Boneca Allemã”, ultimo espectáculo da Companhia, que naturalmente levará ao popular uma enchente à cunha.

No que diz respeito ao cinema no município de Penápolis, durante muito tempo, seu espaço físico serviu de abrigo para várias apresentações e eventos sociais. No mês de janeiro de 1916 já havia o anúncio de que a população penapolense poderia contar, a partir de fevereiro do mesmo ano, com esse espaço cultural. Assim anunciava “O Pennapolense” do dia 30/01/1916:

Sabado próximo começará a funcionar o Cinema local, do qual é proprietário o sr. Amadeo Soliani, forte e acreditado negociante de nossa praça. O espaçoso barracão onde se acha instalado o Cinema está passando por grandes reformas, de modo a ficar mais adaptável a esse gênero de diversão e ter as necessárias acomodações para o público. Sabemos que a empresa

do Cinema esforçar-se-á em organizar atraentes programas, focalizando films novos, variados e interessantes. Muito bem!

Esse feito estimulou murmúrios entre as pessoas não deixando de evocarem o bairrismo e narrativas de distinções. Um cronista desse jornal que se auto-denominava de “Baptista, o flautista”, no ano de 1916, descreve, em sua coluna, um panorama do momento que estava vivenciando na *urb* penapolense. Enaltecia a pujança da cidade a partir de um olhar de pessoa que circulava no meio restrito da sociedade onde aconteciam os fatos políticos, sociais e culturais. Ele reverberava a partir de seu estilo de narrativa as impressões e representações das pessoas que passavam a se deleitarem e consumirem os incipientes produtos culturais.

[...] A banda de musica está em constantes ensaios, tirando o pigarro que outrora lhe embargava a voz; o compadre Amadeo está tratando de remontar o Cinema local, dando-lhe novo aspecto de modo a torna-lo atraente e um ponto forçado de diversões para nós que levamos aqui nestas paragens uma vida de monge e ele esforçar-se-á para ser muito agradável aos frequentadores do Cinema, principalmente a mim, eu bem sei, que terei entrada franca no seu barracão nos dias em que ... não houver funções. [...]

Ele atuava no jornal como um catalisador de sentimentos e sensações com uma narrativa irônica e cômica, ora narrando na primeira pessoa, ora dando um aspecto de objetividade. De qualquer forma, aqui nos possibilitou a representação e a significação de um balanço positivo dos avanços que, aos poucos, iam deixando a cidade longe de ser “paragens de vida de monge” para se sintonizar com a modernidade.

[...] Emfim, tudo vae participando do progresso, que procura envolver em seu manto protector esta fertilíssima terra. Eu aqui estou para fazer o discurso do estylo e soltar os foguetes do costume em regozijo por esse desdobramento da vida de Pennapolis, não faltando a cerveja usual porque quem quiser beber à saúde de si mesmo que a compre e beba a fartar-se. [...]

No dia 19/03/1916, uma nota no jornal informava que agora o Cinema Popular estava sob o comando de um novo proprietário, Caetano Beraldo. De qualquer forma, na maioria das edições desse jornal, apareceram anúncios de lançamentos de filmes e a programação do mês. Como apelo para as pessoas frequentarem, um dos anúncios conclamava a população com o seguinte chamamento: “[...] quem quiser, portanto, dissipar por alguns momentos o *spleen* desta vida sertaneja que vá logo a

noite ao Cinema Popular.”, ou seja, uma nítida demonstração de vivência em um ambiente onde ainda prevalecia a rusticidade dos costumes sertanejos e a representação de que o cinema seria um veículo de garantia de experienciar outros modos e costumes, agora mais refinados, a serem, aos poucos, ofertados à população. Um desejo que encontrava no jornal guarida e meio para a sintonização e libertação de uma vivência “sertaneja e de monges”.

Uma evidente preocupação dos arautos do comportamento adequado estava estampada no jornal do dia 14/03/1920. Tratava-se de uma manifestação que representava boa parcela do público dos cinemas locais, o que denotava a distinção almejada, cômico de seu lugar na sociedade, pois se apresentavam como urbanos, civilizados e detentores dos comportamentos adequados em lugares públicos. Ao vociferar contra a algazarra no cinema, o redator externou o conflito que permeava e ameaçava atravancar o progresso e o processo civilizador em curso no município, pois os “caipiras” representavam o passado que deveria ser sepultado. Certamente, ele estava reverberando a indignação e a preocupação dos paladinos dos costumes modernos. Eis um trecho da matéria:

Cessou de uma vez, felizmente, a algazarra e o ensurdecido bate-pés que havia no Cinema, produzido por pessoas caipiras e incivis, todas as noites de espetáculo. Era uma manifestação própria de gente atrasada e tola que desconhecendo as regras do bom tom praticava aquela infernal algazarra, transformando a plateia de um teatro, em verdadeiro pandemônio, julgando quicá, que estivesse em uma cocheira. [...]

Em junho de 1925, estreou no município de Penápolis, no atual cruzamento das ruas Ramalho Franco com Luiz Osório, outro cinema, denominado Cine Theatro-Avenida, após consulta pública sobre qual nome o referido cinema teria. Portanto, entre os anos de 1925 e 1930, dentro do recorte escolhido para estudo, o município contou com dois cinemas, disputando o seio público local e regional, mesmo com algumas dificuldades técnicas e, principalmente, pela localização geográfica que deixava suscetível o cumprimento de horário e de data para as exhibições, pois, algumas vezes, o trem que trazia as fitas de São Paulo, atrasava, obrigando assim o adiamento da exibição.

Abaixo, seguem a relação de alguns filmes em cartaz entre 1916 e 1930 nos dois cinemas:

- O Pequeno Tom

- Lugano
- O Rei dos Corsários
- Duqueza da Dúvida
- O canto do inverno
- Os dois irmãos
- Os aliados no Levante (Campanha dos Dardanellos)
- O Sobrinho do Ministro
- A libertação de Trieste
- Gaumont Actualidades
- As mulheres são furiosas
- As cascatas de Pliwitz
- O Kri Kri Julio Cezar
- Estrada dos alpes
- O bandido de Port Haven
- Gontran e as contas
- A irmãzinha
- A explosão do forte B2

O cronista do jornal O Pennapolense, Baptista, o flautista, na época deixou registrado o fato do município possuir dois cinemas, cujos proprietários gozavam de prestígio perante a seleta sociedade, o que causaria embaraço se se preterisse um pelo outro. Também nos informa que os empreendedores do Cine Theatro-Avenida, foram Paschoal Senatore e José da Silva Pereira. Assim se manifestou o cronista:

Um dia destes tive o prazer de visitar o Cine Theatro Avenida desta cidade, de propriedade dos meus caros compadres Paschoal Senatore e José da Silva Pereira. O Cine é um Bello edificio, e ao mesmo tempo uma prova do espírito emprehendedor destes dois compadres, que acabam de dotar a nossa cidade com uma confortável casa de diversão. [...] Mas... o Cine veio colocar-me numa posição embaraçosa. Ora, como devem saber todos os meus compadres e aquelles que lerem a presentes pinganças ou delas conhecimento tiverem, que o compadre Caetano, proprietário do velho Cinema Popular, é um dos meus mais antigos compadres, e assim sendo não sei qual dos dois cinemas hei de frequentar [...]

Era assim, portanto, que os filmes, consubstanciados em um dos vasos comunicantes de valores, costumes, culturas e hábitos, colocavam uma parcela da população penapolense conectada com vários fazeres e saberes produzidos no

continente europeu e nos Estados Unidos, com suas fábricas cinematográficas, chacoalhando e inebriando a sociedade inserida num tempo histórico ainda pautado no mandonismo, no coronelismo e no regionalismo. Era o movimento da conformação social dentro da fronteira, ligando um tempo histórico ao outro.

Como se discorreu anteriormente, entre os anos de 1910 e 1930, o município de Penápolis iniciava uma vivência em um espaço urbano que se pretendia moderno. Já tinha ferrovia com estação de embarques e desembarques de pessoas, equipamentos e produtos, o que facilitou a mobilidade de ideias e valores, além de políticos e artistas em geral.

Um exemplo foi a presença de circos denotando a viabilidade dessa manifestação artística e de entretenimento com roupagem de apelo comercial. No recorte em estudo, a fase em que se encontrava o circo foi de uma combinação picadeiro/palco, ou seja, circo e teatro, denotando uma das mais originais soluções ou formas de hibridização da cultura popular no Brasil. Segundo Rocha (2018), o circo de variedades combinou o circo com o teatro, dividindo o programa em duas partes: na primeira, números acrobáticos e de animais; na segunda, encenação de dramas e comédias. Dessa maneira, o público penapolense tinha contato com artistas nacionais e estrangeiros de diversas linguagens culturais.

Por isso, é interessante o registro da presença de várias companhias circenses. No dia 05/08/1917, na sessão Diversão, O Pennapolense assim noticiava pela primeira vez a chegada de um circo na cidade:

#### Circo Guarany

Brevemente chegará a esta cidade a apreciada companhia de cavalinhos, equestre, gymnastica e acrobática de que é director-proprietario o sr. João Alves, que pretende dar aqui uma serie de espectaculos com que fará a delicia dos apreciadores desse gênero de diversões. Esta companhia dispõe de um bom elenco de hábeis artistas e tem merecido muitos aplausos em todos os lugares onde tem trabalhado.

Após o anúncio, até 1930, data limite do recorte desta pesquisa, observam-se inúmeras outras companhias circenses, tais como, Grande Circo Americano, Circo Variedades, Circo Fluminense, Circo São João, Circo Alcebíades, Circo François, Circo Novo Horizonte e Circo Polytherpsia. Todos eles eram montados em lugares nobres do centro urbano. Vários artistas do Rio de Janeiro e de São Paulo vinham se



apresentar, dentre eles, palhaços, malabaristas, cantores, dançarinas(os), trapezistas e atores. Os espaços destinados à plateia variavam, chegando até trezentos assentos. Ou seja, a volúpia do número de companhias que se apresentavam no município de Penápolis naquele período, denotava a viabilidade comercial do município, que atraía esses empreendedores de diversões ambulantes.

Nas páginas anteriores foram apresentados os circos, cinemas e teatros, espaços de atividades lúdicas que serviam como locais de socialização. Com exceção das ruas e da praça, para frequentar esses lugares, eram necessários certos atributos e pré-requisitos, muito embora nas ruas também se externassem as diferenças, como nos festejos carnavalescos.

Antes de discorrer sobre o carnaval penapolense, faz-se mister recorrer a algumas reflexões concernentes à temática. A historiadora Zélia Lopes da Silva, na obra intitulada *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo – Metamorfose de uma festa (1923-1938)*, resultado de sua tese de livre-docência defendida na Unesp, campus de Assis-SP, em 2004, apresenta os diferentes sentidos que foram atribuídos pelos contemporâneos e pela bibliografia especializada ao carnaval brincado na cidade de São Paulo de 1923 a 1938. A autora inicia suas reflexões relatando que o carnaval brasileiro nem sempre despertou interesse ao pesquisador, muito embora o assunto tenha sido tematizado em representações diversificadas, tais como pelas artes plásticas, pela fotografia, pela literatura, pelos meios de comunicação de massa e pela imprensa periódica de grupos étnicos e pelas correntes políticas das classes populares.

Segundo Silva (2008), para a inteligibilidade do tema, precisou levar em consideração o fato de que existem duas facetas de suas representações, uma a partir do mundo paradisíaco, livre de amarras, em oposição a um outro, sujeito a regras e normas que hierarquizavam as relações das pessoas. Ainda segundo a autora, após examinar os cenários e a movimentação dos foliões, nos diversos espaços da cidade que ora estava em estudo, São Paulo, percebeu que, nas visões dos sujeitos da época, emergiram percepções multifacetadas e um duplo enfoque sobre o carnaval. No que diz respeito ao onírico, os dias de folias estariam marcados por uma nova sociabilidade, cujo sentido seria dado pela quebra da ordem que reorganiza as relações entre os indivíduos e no outro polo, esse mundo dos “sonhos” e dos “prazeres

ilimitados”, mas carregado de perigos (o mal), que conclama todos a se submeterem às suas determinações.

No que diz respeito ao município de Penápolis, ao folhear as páginas dos diversos números de “O Pennapolense”, foi possível constatar a cobertura do jornal em relação ao carnaval apenas a partir de 1917, o que não significa afirmar a inexistência da festa carnavalesca antes desse ano. As ruas foram, no primeiro momento, o espaço para os festejos, certamente pela ausência de espaços privados como salões de clubes.

No dia 25/02/1917, o redator do jornal informava que não tinha passado despercebida a festa do “deus Momo” em Penápolis, pois, no dia 21 do mesmo mês, viam-se alguns pequenos grupos fantasiados, sendo em sua maioria formados por crianças. Foram constatadas as aglomerações das pessoas nas praças e ruas da cidade, “logo não foram olvidados os festejos de Momo pelos pennapolenses”, realçava o redator.

Vale registrar também, a oportunidade que os festejos carnavalescos traziam para as casas comerciais. Exemplo disso foi que, no dia 09 de janeiro de 1921, uma importante casa comercial da época, denominada Casa Rolim, anunciava no jornal que, para o carnaval daquele ano, ela possuía um variado sortimento de máscaras, serpentinas, confetes, narizes, bigodes, lança-perfumes “Rodo” e “Mon Plaisir”, além de fantasias e barretes. Dessarte, no ano de 1922, a Pharmacia Normal estampava uma propaganda, na primeira página do mesmo jornal, que havia acabado de receber o importado lança-perfume “Pierrot”, garantindo ser o melhor lança-perfume na praça, visto que o atual “Rodo” era de fabricação nacional.

Realmente, pelo entusiasmo e pelo volume de lugares informados pelo jornal do dia 13/02/1921, observa-se que as casas comerciais lograram sucesso de vendas de produtos e materiais carnavalescos. Consta pelo redator do O Pennapolense que o carnaval daquele ano foi “encantador e animado”, pois o povo havia se aglomerado pelas principais ruas do município para apreciar o curso e as batalhas de confetes, serpentinas e lança-perfumes. A seu ver, naquele momento, ocorriam manifestações de desprendimentos dos rigores da disciplina que os costumes requeriam e se libertavam de todos os males, ao descrever que “parecia ter atirado ao monturo tudo quanto é tédio, economia e preconceito social, entregando-se aos folguedos que a humanidade consagra a Momo.”

É interessante mencionar que, naquele ano de 1921, já se notava o uso dos espaços privados para os festejos. Consta na reportagem do jornal que dias antes do carnaval, no cinema, realizaram duas soireés a fantasia “[...] promovidas por uma comissão distinta graciosas senhoritas e ilustres cavalheiros, compareceu tudo o que há de mais fino do escol social de Pennapolis [...]” e pelo tom enfático e entusiasmado do redator sobre esse evento, parece que a sociedade penapolense inauguraria nova era do carnaval do município: “como nunca se fez talvez em toda a vida de Pennapolis”.

No ano de 1922, não houve carnaval pelas ruas da cidade, somente nos clubes e associações do município, demonstrando com isso o início de uma elitização da festa. Consta, pela sua divulgação, que o Club Pennapolense estava sendo ricamente ornamentado para a realização do baile a fantasia com o diferencial de uma premiação à moça, rapaz, cavalheiro ou senhora que apresentar a fantasia que mais realce, quer pela elegância ou pela originalidade. E no mês de dezembro do mesmo ano, o clube já informava que para o carnaval de 1923, estava em organização uma orquestra que já ensaiava as mais modernas músicas, inclusive, trazidas do Rio de Janeiro, pelo Dr. Aniceto Correia de Mello, especialmente para o clube. A elite penapolense se diverte no Club Pennapolense com o carnaval.

No ano de 1923, a Sociedade Recreativa Hispano-Brasileira, atual denominação da associação espanhola, cuja sede continuava localizada no Bairro Alto, naquela época distante do centro da cidade, atual Vila Martins e onde morava a maioria dos espanhóis do meio urbano, foi um ponto dos penapolenses que não tinham condições de usufruírem do Club Penapolense. Consta que um carnavalesco famoso dessa associação, o Sr. Bartolomeu Fernandes, popular Bartolo, era muito criativo, a ponto de apresentar em seu cordão, no primeiro dia de carnaval, um carro alegórico puxado por animais em forma de locomotiva, que transportava doentes, numa alusão à demora da construção da Santa Casa, motivo pelo qual as pessoas teriam que se locomover para Bauru ou até mesmo para a capital, São Paulo. Além disso, no segundo dia, continuou com sua ácida crítica quando apresentou pelas ruas da cidade um carro alegórico, uma carreta puxada por animais transformou-se num consultório médico com instrumentos cirúrgicos em tamanho exagerado.

O jornal O Pennapolense do dia 18/03/1923 trazia, em suas páginas, a narrativa de seu redator que testemunhava com sua lente observacional e com sua impressão, os dias de carnaval daquele ano.

[...] No Cinema local que esteve sempre repleto travaram-se combates animadíssimos de lança-perfume, serpentinas e confetis e no estrugir das gargalhadas e dos gritos de alegria, nos sons vibrantes dos sambas carnavalescos, ao chiste das canções, em tudo, enfim, palpitava a alma da população, que parecia viver numa só pessoa, estuante de goso, expansiva e cordial. [...]

O redator da matéria informava ainda que, na “terça-feira gorda”, realizou-se das cinco da tarde às oito da noite um animadíssimo corso nas ruas principais, do qual tomaram parte cerca de cinquenta automóveis quase todos ornamentados de flores, serpentinas e festões. É interessante que aqueles carros alegóricos confeccionados pelo espanhol Sr. Bartolomeu Fernandes, estavam entre esses automóveis, assim narrado pelo redator do jornal: “[...] Dentre os divertimentos populares, salientaram-se alguns membros da colônia hespanhola que organizaram um cortejo crítico sobre o sargeteamento, sobre o encanamento d’agua e sobre os impostos. [...]”

Destarte, no ano de 1925, o jornal trazia a informação de que não saíram à rua bandos carnavalescos, porém numerosos automóveis, muitos enfeitados com flores e ramagem, conduzindo cavalheiros, senhoras e senhoritas, referindo-se a estas pessoas como sendo da melhor sociedade. Formaram corso pelas ruas Bento da Cruz, São Francisco, Luiz Osório e Araçatuba (atualmente Ramalho Franco), repletas de povo desde o final da tarde até à noite. Vale salientar que pelos relatos dos redatores do jornal “O Pennapolense” as mulheres da elite, além de responsáveis por sua organização, tiveram participação ativa durante as festanças carnavalescas no Club Pennapolense e nos desfiles do corso pelas principais ruas do município de Penápolis.

Concluindo a exposição sobre o carnaval penapolense, pela leitura de vários números do jornal “O Pennapolense” entre os anos de 1917 e 1929 e pelas fotos do arquivo do Museu, foi possível constatar que os clubes que organizavam e saíam com seus cordões pelas principais ruas centrais do município de Penápolis foram o Clube Recreativo Hispano-Brasileiro, Club Pennapolense, Club Corinthians e Clube Sete de Setembro.

No período ainda não havia Escolas de Samba, por isso cada clube saía às ruas com seus devidos temas e, depois do desfile, cada qual ia para o seu clube e brincava até as quatro da manhã, pois a lei severa da época, coibia as pessoas de amanhecerem nos clubes.

Destarte, nas décadas seguintes, o Clube Sete de Setembro, conhecido também como Clube dos Pretos, foi o único que se transformou em Escola de Samba a partir do ano de 1937 com a Sra. Luzia Rosa, popularmente conhecida como “Dona Luzia do Grupo”. O clube era mais popular, permitindo a frequência dos mais pobres e reunia também uma grande parcela da população afrodescendente do município.

A personagem Luzia Rosa, componente do Clube 07 de setembro, retratada na figura 20 como rainha do carnaval penapolense do ano de 1954 e uma das fundadoras da escola de samba denominada “07 de setembro”, remete-nos ao contexto apresentado no artigo intitulado *Mulheres negras nos carnavais paulistanos: quem são elas? (1921-1967)*, onde a historiadora Zélia Lopes da Silva, informa-nos que nas narrativas dos dirigentes de agremiações, no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, a inserção das mulheres negras na organização e nos destinos de muitos cordões e escolas de samba foi limitada. Ela afirma que, não obstante a essa constatação, as mulheres projetaram-se nas frestas do discurso machista e foram consideradas o suporte importante para a montagem e para a realização desses festejos, exibindo-se como porta-estandartes, balizas, amadoras ou porta-bandeiras. No caso do estudo que ora é apresentado, Luzia Rosa chega ao destaque de rainha nos anos de 1950, mesmo sendo carnavalesca desde os anos de 1930.

O jornal “O Pennapolense” apenas noticiava os festejos carnavalescos com destaque ao carnaval da elite: o curso das avenidas Luiz Osório, Bento da Cruz e da rua São Francisco, bem como destacava os bailes em clubes e teatros. Portanto, as informações sobre essa mulher e sobre o clube “07 de setembro” foram adquiridas por meio de relatos orais de pessoas que compuseram a maioria dos grupos carnavalescos do município de Penápolis no ano de 1986. Os relatos foram registrados a partir de uma iniciativa do Museu Histórico e Museu do Folclore que, antes, no ano de 1982, já haviam montado uma Exposição, uma vez que conseguiram para seus acervos, artigos de jornais, fotos de foliões, carros alegóricos, imagens de desfiles.

No texto elaborado pelo estudante Marcemino Bernardo Pereira, um dos pesquisadores de campo que compôs o grupo de trabalho dos museus, consta que Luzia Rosa nasceu em 21 de setembro de 1914, em São José do Rio Pardo, estado de São Paulo, mudando-se em 1930 para Braúna, também no estado de São Paulo e depois para o município de Penápolis no ano de 1932, onde inicia o trabalho de doméstica nas casas das famílias Monteiro e Waldemarim. No ano de 1935, consegue uma vaga no funcionalismo público como servente no Grupo Escolar Luiz Chrisóstomo de Oliveira, o primeiro grupo escolar do município. É importante salientar que Luzia Rosa foi abandonada pelo marido, logo após ao nascimento de sua filha. Segundo os depoimentos das pessoas entrevistadas, era uma senhora negra, altura média e muita entusiasmada que, em 1937, funda a Escola de Samba com o nome “07 de setembro”. Durante os festejos carnavalescos do clube, sua mãe era a cozinheira do bar, fazendo comidas típicas: quindins, vatapás, cuscuz e outros salgados comuns. Constam, nos depoimentos dos carnavalescos entrevistados, que a escola de samba possuía cuica, chocalho, surdos, caixas, reco-reco, pandeiros e alguns de sopro.

Apesar de essa personagem conseguir perfilar na memória e nos registros dos locais de memória do município, segundo ainda Zélia Lopes, a maioria das mulheres ficou no anonimato, como aquelas que costuravam as fantasias e as que cozinhavam para os integrantes da escola durante a preparação dos desfiles ou trabalhavam para arrecadar recursos para a agremiação.

Como conclusão, ela nos apresenta a seguinte assertiva:

[...] Assim, pode-se afirmar que a forma como as agremiações se apresentaram no seu dia a dia, indicaram que as relações entre os sexos eram marcadas por hierarquias e diferenças que estavam evidentes na divisão de tarefas de acordo com os conhecimentos “naturais” de parte a parte. Aos homens cabiam os elementos de criação voltados à música e ao batuque e a estruturação administrativa da agremiação requerida para realização do evento, por serem eles, supostamente, os detentores dos saberes e conhecimentos nesse campo. Às mulheres negras cabiam a execução de certas tarefas que envolviam a modelagem e a confecção das fantasias, a dança e o canto, considerados apropriados ao sexo feminino, além de cozinhar e cuidar da proteção espiritual de toda a comunidade. Enfim, a repetição dos papéis aceitos pela sociedade brasileira, que mantém as hierarquias assentadas em valores já consagrados – patriarcal e machista – para orientar as relações entre homens e mulheres. (SILVA, 2018, p. 14)

A concepção do carnaval torna-se complexa pelas diversas e diferentes formas de brincar-lo, motivo pelo qual traz muitas dificuldades para quem deseja estudar a

temática, pois exigem sempre diferentes pontos de vista e metodologias. Contudo, faz-se necessário mencionar os estudos de Maria Isaura P. de Queiroz (1999) que, em sua obra denominada *Carnaval Brasileiro: o vivido e o mito*, ao analisar o carnaval carioca ao longo de décadas, afirma que em suas manifestações a ordem cotidiana era mantida. Já, em seu artigo intitulado *A Ordem Carnavalesca*, publicado em 1994, demonstra que a estrutura social permanecia durante os festejos, mesmo em cidades interioranas, como Tatuí, São João Del Rey e Piracicaba, e a despeito de existir uma maior permissividade e mistura de classes, tanto a elite quanto os populares preservavam brincadeiras e espaços diferenciados.

O que foi constatado a partir de leituras e fotos no município de Penápolis entre os anos de 1917 e 1929, foi que o carnaval representou mais uma possibilidade de sociabilidade garantidora dos laços entre famílias, grupos e agremiações, o que não quer dizer que existia harmonia entre as classes e falta de conflitos numa sociedade extremamente conservadora, elitista e autoritária. Outra constatação foi que, mesmo no interior do estado de São Paulo, no município ora pesquisado, entre os anos de 1917 e 1929, já estavam presentes, pela configuração de sua específica composição populacional e pela dinâmica própria da formação econômica e social, o carnaval de luxo, com seus préstitos e bailes de máscaras que exibiam diversas fantasias.

#### **4. Considerações finais**

O estudo sobre as formas de convívio e lazer é complexo, pois trata-se de representações e significações de pessoas imersas a tempos conflitantes e, portanto, no processo ainda de conformação social, significando e ressignificando suas existências num processo dinâmico da constituição de suas identidades.

A produção social da identidade neste território e espaço deu-se inserida na característica da sua constituição populacional formada pelos denominados nacionais e estrangeiros. Em decorrência disso, constatou-se a existência de associações beneficentes fundadas por iniciativas de espanhóis e portugueses, não se consubstanciando, com isso, em colônias que buscassem uma permanência de hábitos, costumes e valores de suas terras natais e sim, um auxílio e assistência médica e social.

O que foi possível perceber, contudo, é que neste microcosmo de vivências humanas, as pessoas, cujas nacionalidades eram díspares, envidavam mais ações

na perspectiva de se identificarem como classe social, seja por distinção pelas ocupações das atividades rurais, seja por distinção pelas atividades profissionais na urb.

No que diz respeito aos antagonismos percebidos e representados que permeavam o convívio de pessoas que circulavam no meio rural e urbano, alguns autores, como por exemplo Sevcenko (1992), realizaram reflexões e estudos sobre essa sobreposição temporal em grandes cidades como São Paulo. No caso desse historiador, vislumbrou interpretar as mudanças de percepções e de circulação na cidade de São Paulo no início do século XX, procurando reconstruir diferentes aspectos da ruptura com o mundo da ordem estabelecida no século XIX, bem como envidou esforços na busca de dar inteligibilidade a múltiplas temporalidades e diversos níveis de experiência às dimensões da urbanização.

Portanto, na obra intitulada *Orfeu Estático na metrópole – São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*, o autor nos traz o ineditismo da experiência representada pela metrópole São Paulo, que se apresentava já “tecnológica, fluida, pontual, plástica, descontínua e multifária”. Muito embora, no caso de estudo de experiências humanas manifestadas num universo menor dentro de uma localização geográfica e ritmos diferentes de relações sociais verificados no município de Penápolis, alguma expressões utilizadas por Sevcenko também se aplicam para traduzir o momento no qual as pessoas estavam imersas no interior do estado de São Paulo, na região Noroeste, no início do século XX: choque, padronização, normas, símbolos e desvario.

Enfim, não cabe toda essa narrativa do autor para explicar o que ocorreu no território e espaço, ora em estudo, porém, o ineditismo, a êxtase e a fremência foram percebidas nas imagens e textos da época, pois no município de Penápolis, o desejo de se constituir numa sociedade civilizada também estava permeando as ações da elite local. Por isso, envidaram esforços para as providências materiais necessárias para viabilizar essa possibilidade, como a implantação entre os anos de 1915 e 1930, das primeiras instituições básicas como a Santa Casa, a escola, a polícia e, como exemplo emblemático, foi fundado um clube recreativo, Club Pennapolense, onde havia exposições, bailes, recitais de pianos, literatura, poesia, biblioteca, enfim, onde a elite se reunia em torno de seus iguais.



## Referências bibliográficas

AGULHON, M.. **Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848**. Étude d'une mutation de sociabilité. Paris, Armand Colin, 1977.

BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BARROS, Fausto Ribeiro de. **Achêgas para a história de Penápolis**. De 1767 a 1948. Penápolis: [s.n.], 1948.

BARROS, Fausto Ribeiro de. **Penápolis, História e Geografia**. Penápolis: Intergraf, 1992.

DONZELLI, Cledivaldo Aparecido. **Bairros rurais de Penápolis – SP no contexto do processo migratório - 1940-1970**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v.1.

GONÇALVES, Rodolfo Frank. **Filhos de São Francisco e Índios: a ação missionária dos capuchinhos trentinos na noroeste paulista (1890 – 1920)**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 1997.

MARTINS, Orentino. **Cel. Manoel Bento da Cruz: Apontamentos biográficos**. Araçatuba: NOROGRAF, 1968.

PETERS, Carlos Eduardo Marotta. **Asilo Espírita “Discípulo de Jesus” de Penápolis: a loucura no cotidiano de uma instituição disciplinar (1935 – 1945)**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na MetrÓpole**. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Zélia Lopes da. Mulheres negras nos carnavais paulistanos: quem são elas? (1921-1967) In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 26(2): e47409. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/47409> Acesso em 30/10/2024